

CERTIFICADO REVLO N°. 98/2016 – SM

L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM no uso de suas atribuições, e com base no artigo 10 do Decreto n° 44.844, de 25 de Junho de 2008, nos termos do artigo 4°, inciso VIII, da Lei 178, de 29 de Janeiro de 2007, artigo 38, § 1°, inciso VI do Decreto 43.316, de 07 de Junho de 2006 e do artigo 1°, inciso III da DN COPAM n° 17, de 17 de setembro de 1996, Revalida a Licença de Operação, da empresa VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ 01.637.895/0088-93, para as atividades de Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento; Pilhas de rejeito / estéril; Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento, DNPM 930.193/1991 Calcarão; Fabricação de cimento; Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta; Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança; Correias transportadoras; Canais para drenagem; Coprocessamento de resíduos em forno de clínquer e Posto de abastecimento de combustíveis, localizada na Rodovia MG 050, Km 341, Bairro Taboão, Zona Rural, Coordenadas Geográficas LAT/Y 7.703.418 e LONG/X 316.144 no município de Itaú de Minas, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de nº. 00015/1979/135/2013, e decisão da Unidade Regional Colegiada Copam Sul de Minas, em reunião do dia 03/10/2016.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 917/96 e 923/97)

O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DOS ANEXOS I e II, DO TÍTULO AUTORIZATIVO VÁLIDO EMITIDO PELO DNPM (CASO DE MINERAÇÃO) E ANP (CASO DE PETRÓLEO/GÁS).
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Validade da Licença Ambiental: 6 (seis) anos, com vencimento em 03/10/2022.

Varginha, 03 de outubro de 2016.



JOSÉ OSWALDO FURLANETTO

Superintendente Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas

ANEXO I

Condicionantes para Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Votorantim Cimentos S.A – Unidade Itaú de Minas.

Empreendedor: Votorantim Cimentos S.A.

Empreendimento: Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ: 01.637.895/0088-93

Município: Itaú de Minas

Atividade(s): “Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento”, “Pilhas de rejeito/estéril”, “Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco – minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento”, “Fabricação de cimento”, “Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta”, “Fabricação de explosivos, detonantes munição para caça e desporto e fósforo de segurança”, “Correias transportadoras”, “Canais para drenagem”, “Coprocessamento de resíduos em forno de clínquer” e “Posto de Abastecimento de Combustíveis”

Código(s) DN 74/04: A-02-05-4, A-05-04-5, A-02-07-0, B-01-05-8, B-01-02-3, C-04-07-3, E-01-18-1, E-03-02-6, F-05-14-02, F-06-01-7

Processo: 00015/1979/135/2013

Validade: 6 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação
02	Apresentação de relatórios técnicos e fotográficos de execução do projeto de compensação ambiental na Fazenda Retiro em substituição a recuperação das áreas antrópicas consolidadas da APP do córrego Calazarte.	Semestralmente, durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Votorantim Cimentos S.A

Empreendedor: Votorantim Cimentos S.A

Empreendimento: Votorantim Cimentos S.A

CNPJ: 01.637.895/0088-93

Município: Itaú de Minas

Atividade(s): “Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento”, “Pilhas de rejeito/estéril”, “Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco – minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento”, “Fabricação de cimento”, “Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta”, “Fabricação de explosivos, detonantes munição para caça e desporto e fósforo de segurança”, “Correias transportadoras”, “Canais para drenagem”, “Coprocessamento de resíduos em forno de clínquer” e “Posto de Abastecimento de Combustíveis”

Código(s) DN 74/04: A-02-05-4, A-05-04-5, A-02-07-0, B-01-05-8, B-01-02-3, C-04-07-3, E-01-18-1, E-03-02-6, F-05-14-02, F-06-01-7

Processo: 00015/1979/135/2013

Validade: 6 anos

1. Efluentes líquidos e águas superficiais

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Tanque de decantação da Mina Taboca	Sólidos em suspensão totais, sólidos sedimentáveis, pH, DBO, DQO, óleos e graxas	<u>Bimestral</u>
ETE	Vazões de entrada e saída, sólidos em suspensão totais, sólidos sedimentáveis, pH, DBO, DQO, óleos e graxas, surfactantes	<u>Bimestral</u>
Montante e Jusante do Córrego Calazarte	Óleos e graxas mineral e vegetal, sólidos em suspensão totais, cor, turbidez, pH, DBO, sulfato total, nitrogênio amoniacal total, fósforo total, coliformes termotolerantes, OD	<u>Bimestral</u>
SAO 1 – Silo de Farinha - ICL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 2 – Lagoa Industrial W1 e W2 - ICL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 3 - Lagoa Industrial W3 - ICL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>

SAO 4 – Moagem de Cimento Z1 e Z2 - ICC	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 5 – Lavador de máquinas e veículos - IMV	Óleos e graxas mineral e vegetal e ABS	<u>Trimestral</u>
SAO 6 – Oficina mecânica - DGL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 7 – Oficina mecânica e elétrica – ITM e ITC	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 8 – Compressores R2 - ICL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 9 - Moagem de Cimento Z3 - ICC	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 10 – Compressores Forno - ICL	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 11 – Posto de combustível - IMV	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 12 – Lubrificação - IMV	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>
SAO 13 – Lavador de peças - IMV	Óleos e graxas mineral e vegetal e ABS	<u>Trimestral</u>
SAO 14 – Forno AZBE	Óleos e graxas mineral e vegetal	<u>Trimestral</u>

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-SM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar anualmente a Supram-SM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Fornos Cimento (W2 e W3)	Vide Tabelas 1 e 2 da DN Copam nº 154/2010	<u>Semestral</u>
Forno Cimento (W1)	MP e NOx	<u>Semestral</u>

Resfriador de Clínquer W3 - Coolax	MP	<u>Semestral</u>
Fornos AZBE	MP, SOx, NOx	<u>Semestral</u>
Hidratação – Linha A, B e C	MP	<u>Anual</u>
Ensacadeira de Argamassa	MP	<u>Anual</u>
Ensacadeira de Cal	MP	<u>Anual</u>
Moagem de coque – K1 e K2	MP	<u>Anual</u>
Moagem de Areia e Calcário	MP	<u>Anual</u>
Moinho de Cimento – Z1, Z2 e Z3	MP	<u>Anual</u>
Ensacadeiras de Cimento	MP	<u>Anual</u>

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-SM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM n.º 187/2013, DN COPAM n.º 154/2010 e nas Resoluções CONAMA n.º 382/2006 e 436/2011.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

a. Qualidade do ar no entorno

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Amostrador de Grande Volume	Partículas Totais em Suspensão (PTS)	<u>Vide Resolução CONAMA 03/1990 e DN COPAM 01/81</u>

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-SM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas

unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM n.º 01/1981 e na Resolução CONAMA n.º 03/1990.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

4. Vibração

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
Pontos de monitoramento sismográfico nas áreas da Mina e da Fábrica	Velocidade de Vibração (mm/s), vide ABNT NBR 9653/2005	<u>anual</u>

Enviar anualmente à Supram-SM relatório contendo os resultados das medições efetuadas; neste deverá conter a identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

As amostragens deverão verificar o atendimento às condições da ABNT NBR 9653/2005.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.